

PROCURAÇÃO
AD JUDICIA

LUCIA HELENA DE AGUIAR, brasileira, solteira, portadora do RG M7.170.221 e inscrita no CPF sob n.º 519.381.116-72, residente e domiciliado à Rua Jeronimo Alves, nº 663, Centro, na cidade de São Tomás de Aquino-MG, pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus bastante procuradoras as advogadas –**Dra. RITIERES MARTINS TEÓFILO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/MG, 97.183, com escritório em epígrafe, (Fone (16) 99250-3342) e endereço eletrônico ritieresteofilo.adv@gmail.com; e a **Dra. NATÁLIA REZENDE CARVALHO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/MG sob o número 169.126 com escritório a Rua Alves de Figueiredo, 281, Centro de São Tomás de Aquino/ MG, a quem confere(em) amplos poderes gerais para o foro, inclusive os da cláusula *ad judicium* e mais os especiais para confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, receber, dar quitação e firmar compromisso, e para, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, representar e defender os direitos e interesses do(s) abaixo assinado(s), podendo propor contra quem de direito as ações competentes, defendê-lo(s) nas que lhe forem movidas, seguindo umas e outras até final decisão, usar dos recursos legais, produzir provas, variar de ações, requerer medidas preventivas, preparatórias, acauteladoras e incidentes, e praticar todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento deste mandato, em especial propor **AÇÃO DE INVENTÁRIO JUDICIAL** dos bens deixados **por LUIZ CARLOS AGUIAR**; podendo substabelecer esta em quem lhe convir, com ou sem reserva de iguais poderes.

São Tomás de Aquino, 10 de janeiro de 2.025.

LUCIA HELENA DE AGUIAR

<u>DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA</u>
--

LUCIA HELENA DE AGUIAR, brasileira, solteira, portadora do RG M7.170.221 e inscrita no CPF sob n.º 519.381.116-72, residente e domiciliado à Rua Jeronimo Alves, nº 663, Centro, na cidade de São Tomás de Aquino-MG, declara para os devidos fins de direito, inclusive para servir de prova em juízo, e sob a nossa total e exclusiva responsabilidade, e sem qualquer orientação e ou sugestão de qualquer outra pessoa, que não possuo condições financeiras e econômicas de arcar com as despesas e custas judiciais do processo, sem prejuízo de meu próprio sustento.

Por ser expressão da verdade, firmo abaixo.

São Tomás de Aquino, 10 de janeiro de 2.025

LUCIA HELENA DE AGUIAR